

A questão parda - uma resposta



Por **WANDERSON CHAVES***

Reintroduzir a miscigenação como tópico de luta antirracista não ajuda na disputa dos sentidos da negritude

Eberval Gadelha Figueiredo Jr., no artigo [“A questão parda”](#), publicado no site **A Terra é Redonda**, levanta – a exemplo do que vem fazendo também a ativista e pesquisadora Beatriz Bueno, ambos, integrantes de uma tendência emergente – alguns temas do movimento da “parditude”.

Há o levantamento de pautas relevantes e pendentes: poder e direitos aos não-brancos sub-representados, em particular, os descendentes de indígenas não “indianizados”; e as condições de realização – em mérito e critérios de julgamento – das comissões de heteroidentificação das bancas julgadoras de cotas raciais. A fundamentação dos argumentos, interessantes à primeira vista, porém, são problemáticos – e, é o que tento sugerir – para o desenvolvimento da própria luta antirracista.

Trata-se de um programa político. A opus *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, em suas belas formulações utópicas sobre uma civilização mestiça brasileira farol do mundo, é uma fonte de inspiração explícita. Dessa obra, também provém – na parte que interessa a este argumento – uma fragilidade argumentativa: as premissas analíticas são a de uma célebre visão de história comparada, na qual o Brasil se sobressai sempre como o antagonista (negativo ou positivo) da América.

Um recuado e sugestivo antecedente dessa tendência remonta à escravidão nos dois países (e à disputa sobre seus legados). O debate bilateral neste tema geralmente atualiza uma conhecida tradição: Brasil e EUA se constroem como opostos, para, nessa operação, estabelecer – ou, principalmente propor e naturalizar – os princípios de sua própria identidade, e da formação da cidadania em seus países.^[i] O argumento em jogo é o da superioridade moral, mas, Brasil e EUA nem sempre (infelizmente) são tão diferentes em matéria racial como se pressupõe, ou como se desejaria. Há mais indícios de diferenças de grau que de padrão separando as nações.^[ii]

Beatriz Bueno, em seu artigo “Impedidos de entrar em Wakanda”^[iii], parece, à primeira observação, propor uma alteração, questionando a hegemonia norte-americana no campo das ideias; porém, a sua argumentação contra a subsunção e apagamento do “pardo” é uma aplicação do “colorismo”, justamente, uma tendência estadunidense das últimas décadas. O que é chamado de “colorismo”, é bem verdade, é um tema antigo no Brasil, consagrado na nossa secular noção classificatória de “gradiente de cores”, na qual se catalogava e, por suposto, se hierarquizava uma infinidade de termos de raça, cor e origem.

Esse gradiente, até muito recentemente, continha todo o repertório brasileiro de termos raciais, rico em formas que sublinhavam a nossa variedade de “mestiços” brancos, que, nessa grade de estratificação humana, formavam um afastamento do polo em que estavam os “mestiços” mais escuros. De fato, o movimento negro contemporâneo logrou uma transformação: em face a esse gradiente, subsumiu os “pardos” e aproximou-os do polo político negro.^[iv]

Assim, parece haver pouca inovação na aplicação da perspectiva colorista ao Brasil. Aliás, um fato a respeito: ela chega

direto ao coração de profundas tradições nacionais. Ela recoloca a mestiçagem no centro ético-moral das nossas noções de vida comum e ambições culturais, transportando para a cena da vida privada, para a sexualidade e para a formação da família, o terreno de discussão de problemas de natureza pública, pendentes de solução.

A promessa da mestiçagem seria harmonizar, na vida privada, o que na vida pública e social seria caos e conflito. Aliás, não há nada que a mestiçagem possa fazer contra o conflito constituinte da esfera pública que não seja lhe pacificar; postulação que sequer é uma proposta original brasileira, mas, entre tantos exemplos, a aposta do nacionalismo latino-americano em geral, cuja palavra de ordem (e, inclusive do seu racismo miscigenacionista), desde o século XIX, sempre foi pacificação. [v] Portanto, que conflitos se pretende pacificar?

Minha impressão (quem sabe, de centavos) é de que se fala – nessa tradução do debate colorista, de ressentimento e rivalidade. Fala-se da indisponibilidade em disputar os sentidos da negritude, em compor-se na aliança a esse bloco político. E a razão mais forte – a partir do artigo de Beatriz Bueno, ao menos – é salvaguardar o conteúdo das alianças familiares dos lares “mestiços”; que essa vida da intimidade não seja destruída pelas contradições e imposições externas a ela, e, vislumbra-se, que os fundamentos ético-morais dessa ordem familiar “mestiça” e a ordem pública possam se harmonizar e se espelhar.

Outra razão é a expectativa de que a superioridade demográfica “parda” sobre a dos “pretos” corresponda a possibilidades proporcionais de poder, liderança e direitos. Implicitamente, responde-se a um sentimento de humilhação, de se verem os “pardos” excluídos de algo que a eles também caberia, inclusive em termos de liderança e legitimidade, humilhação, aliás, que – para alguns – pareceria piorada porque não são excluídos por brancos, mas, por negros.

O antirracismo sofre dificuldades para tornar-se uma verdadeira filosofia de libertação. Fundamentalmente, não conseguiria sair do registro da resistência e vitimização e ingressar no da insurgência e da recriação do mundo. Até o momento, não fui convencido de que reintroduzir a miscigenação como tópico de luta antirracista nos enderece para esse novo caminho. [vi] Aliás, tornar a mestiçagem uma “não-questão”, que ela seja apenas um fenômeno aberto da liberdade individual (como, historicamente, não tem sido) e não uma espécie de graça redentora ou opróbio moral, nos faria enorme bem.

***Wanderson Chaves** é historiador com pós-doutorado no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *A questão negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria* (Appris). [<https://amzn.to/3VIndjC>]

Notas

[i] Ao longo dos últimos séculos, Brasil e EUA tem oscilado entre os polos do inferno e do paraíso racial, intercambiando-se. Para uma história das primeiras elaborações do Brasil como paraíso racial, no interior do abolicionismo internacional no século XIX, ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo – Estados Unidos e Brasil, uma história comparada*: São Paulo: Annablume, 2003.

[ii] O antropólogo Peter Fry, um conhecido freyriano, faz uma avaliação contrária à clássica atribuição de Oracy Nogueira de um “racismo de marca” ao Brasil e um “racismo de origem” aos Estados Unidos – e, neste sentido, contra a opinião do próprio Gilberto Freyre sobre as diferenças entre os países. Para Fry, as relações sociais no Brasil seriam estruturadas mais na tensão entre duas taxonomias – a primeira sendo a do gradiente de cores e a segunda a da diferença binária entre brancos e negros, que na oposição entre elas. Para ele, algo semelhante poderia ser dito dos EUA, mas, com o privilégio da taxonomia binária. Vide: FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, especialmente cap. 7.

[iii] BUENO, Beatriz e SAINT CLAIR, Ericson. Impedidos de entrar em Wakanda – Reflexões sobre parditude,

manifestações midiáticas e desafios de pertencimento. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 4 a 9/10/2021.*

[iv] Detalho essa transformação temática em: CHAVES, Wanderson. *Entre Mendel e Lamarck: o discurso acadêmico sobre raça e polemica em torno do gradiente de cor. Brasil (1990-2005).* Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB / CEPPAC, 2007.

[v] Sobre a nossa tradição de pensamento político, cheia de fortes paralelos com uma literatura novelesca e folhetinesca marcada pelo esforço de tradução de alianças sexuais e matrimoniais em expectativas de alianças sociais e de conciliação política, ver: SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

[vi] É conhecida a opinião freyriana de que a “mestiçagem” é um motor “desracializante” da sociedade. Peter Fry, por exemplo, levará essa ideia adiante e dirá que a mestiçagem, por essa razão, criaria o ambiente mais adequado à promoção das liberdades e direitos do liberalismo porque suscita o surgimento de indivíduos plenos (vide nota 2). Neste particular, sigo, na ausência de argumento mais convincente, a posição do historiador e filósofo Pierre-André Taguieff, para quem a miscigenação, alçada à condição de ideologia e filosofia política (e não apenas como uma qualidade descritiva da demografia humana) é uma potente força de racialização das sociedades. Vide: *The Force of Prejudice: On Racism and Its Doubles.* Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 2001.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)